

29/03/2012

PLENÁRIO

**INQUÉRITO 3.412 ALAGOAS**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>REDATORA DO ACÓRDÃO</b>	<b>: MIN. ROSA WEBER</b>
<b>AUTOR(A/S)(ES)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: JOÃO JOSÉ PEREIRA DE LYRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADRIANO COSTA AVELINO</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: ANTÔNIO JOSÉ PEREIRA DE LYRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: FÁBIO COSTA FERRARIO DE ALMEIDA</b>

**EMENTA**

PENAL. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA A DE ESCRAVO. ESCRAVIDÃO MODERNA. DESNECESSIDADE DE COAÇÃO DIRETA CONTRA A LIBERDADE DE IR E VIR. DENÚNCIA RECEBIDA.

Para configuração do crime do art. 149 do Código Penal, não é necessário que se prove a coação física da liberdade de ir e vir ou mesmo o cerceamento da liberdade de locomoção, bastando a submissão da vítima “a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva” ou “a condições degradantes de trabalho”, condutas alternativas previstas no tipo penal.

A “escravidão moderna” é mais sutil do que a do século XIX e o cerceamento da liberdade pode decorrer de diversos constrangimentos econômicos e não necessariamente físicos. Priva-se alguém de sua liberdade e de sua dignidade tratando-o como coisa e não como pessoa humana, o que pode ser feito não só mediante coação, mas também pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno. A violação do direito ao trabalho digno impacta a capacidade da vítima de realizar escolhas segundo a sua livre determinação. Isso também significa “reduzir alguém a condição análoga à de escravo”.

Não é qualquer violação dos direitos trabalhistas que

**INQ 3.412 / AL**

configura trabalho escravo. Se a violação aos direitos do trabalho é intensa e persistente, se atinge níveis gritantes e se os trabalhadores são submetidos a trabalhos forçados, jornadas exaustivas ou a condições degradantes de trabalho, é possível, em tese, o enquadramento no crime do art. 149 do Código Penal, pois os trabalhadores estão recebendo o tratamento análogo ao de escravos, sendo privados de sua liberdade e de sua dignidade.

Denúncia recebida pela presença dos requisitos legais.

### **A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em receber a denúncia, nos termos do voto da redatora para o acórdão.

Brasília, 29 de março de 2012.

Ministra Rosa Weber  
Redatora para o acórdão

**29/03/2012**

**PLENÁRIO**

**INQUÉRITO 3.412 ALAGOAS**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>REDATORA DO ACÓRDÃO</b>	<b>: MIN. ROSA WEBER</b>
<b>AUTOR(A/S)(ES)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: JOÃO JOSÉ PEREIRA DE LYRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ADRIANO COSTA AVELINO</b>
<b>INVEST.(A/S)</b>	<b>: ANTÔNIO JOSÉ PEREIRA DE LYRA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: FÁBIO COSTA FERRARIO DE ALMEIDA</b>

**RELATÓRIO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, a título de relatório, as informações prestadas pela Assessoria:

O Ministério Público Federal propôs ação penal contra João José Pereira de Lyra e Antônio Arnaldo Baltar Cansanção, em virtude da prática do delito tipificado no artigo 149 do Código Penal. Segundo consta da peça acusatória, os denunciados teriam submetido a jornada exaustiva e a condições degradantes de trabalho empregados da empresa Laginha Agroindustrial Ltda., cerceando-lhes a locomoção com o objetivo de retê-los no local de trabalho.

Em 22 de fevereiro de 2010, o Juízo da Primeira Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas recebeu a denúncia. Posteriormente, o processo foi remetido ao Juízo da 7ª Vara Federal de Alagoas, em face da incompetência do originário (folhas 624 e 625).

**INQ 3.412 / AL**

Perante o Juízo da 7ª Vara Federal de Alagoas, houve o aditamento da peça acusatória para excluir do polo passivo Antonio Arnaldo Baltar Cansação e incluir Antonio José Pereira de Lyra, que era, à época dos fatos, diretor vice-presidente da empresa Laginha Agroindustrial Ltda.

O processo foi encaminhado ao Supremo ante a diplomação de João José Pereira de Lyra como Deputado Federal, ocorrida em 16 de dezembro de 2010 (folhas 651 e 652).

No ato de folha 664 a 666, Vossa Excelência declarou a nulidade da decisão que implicou o recebimento da denúncia. Determinou ainda a citação dos denunciados para apresentarem defesa preliminar, tendo em conta o artigo 4º da Lei nº 8.038, de 1990.

À folha 704 à 729, Antônio José Pereira de Lyra sustenta ofensa ao devido processo legal, em virtude da ausência de instauração de prévio inquérito policial. Alega ainda inépcia da denúncia. Conforme aduz, a referida peça não descreve os fatos imputados de maneira pormenorizada nem individualiza a conduta criminosa. Discorre sobre a diferença entre responsabilidade administrativo-trabalhista e penal. Afirma narrar-se, na inicial, apenas a prática de infrações administrativas e destaca que a mera condição de sócio, diretor ou administrador de determinada empresa não constitui motivo suficiente para vincular o acusado ao delito.

Diz ainda da falta de justa causa, ante a ausência de suporte probatório mínimo. Segundo anota, não há nos autos qualquer elemento a indicar a restrição da liberdade dos trabalhadores. Destaca a inexistência de indícios de autoria, pois exercia o cargo de gerência, apenas em caráter formal. Requer o não recebimento da peça acusatória ou a absolvição sumária.

**INQ 3.412 / AL**

João José Pereira de Lyra, na defesa prévia de folha 790 a 803, assevera que as infrações trabalhistas verificadas não podem ser equiparadas a trabalho escravo. Consoante ressalta, todas as irregularidades constatadas foram resolvidas, não havendo qualquer indício a apontar a sujeição de pessoas a trabalhos forçados. Salienta a possibilidade de afastar de plano o dolo, mesmo porque, dos mais de 3.300 trabalhadores da empresa, apenas 56 foram encontrados em situação irregular. Defende serem nulos os autos que resultaram na formalização da denúncia, pois lavrados fora do local da infração. Sustenta já ter sido arquivada a ação civil pública que implicou a formalização da peça acusatória e reitera a arguição de ausência de justa causa. Corrobora os pedidos formulados pelo codenunciado.

Na manifestação de folha 868 a 881, o Procurador-Geral da República aduz estar na denúncia fato típico e antijurídico, com a existência de provas suficientes de materialidade e autoria. Afirma não depender o recebimento da ação penal da instauração de prévio inquérito. Cita trechos do relatório produzido pelo Grupo de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho, nos quais são relatadas as condições a que estavam submetidos os trabalhadores da empresa. Conforme lembra, o tipo previsto no artigo 149 do Código Penal não exige a sujeição de um número mínimo de empregados a condição análoga à de escravo. Salienta que acordo posterior formalizado entre a empresa e a Justiça do Trabalho não impede a apresentação de denúncia e que eventuais irregularidades formais dos autos de infração não repercutem no âmbito criminal. Segundo aduz, os fatos descritos na inicial foram imputados apenas aos sócios com poder de mando e decisão, estando perfeitamente delimitado o objeto da persecução penal.

Às folhas 883 e 894, foi determinada a reautuação dos autos para que constasse como investigado Antônio José Pereira de Lyra bem como o nome completo de todos os envolvidos.

**INQ 3.412 / AL**

Em 20 de fevereiro de 2012, determinei a retificação da autuação dos autos como inquérito.

É o relatório.

**29/03/2012****PLENÁRIO****INQUÉRITO 3.412 ALAGOAS****VOTO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – O oferecimento de denúncia contra João José Pereira de Lyra, Deputado Federal, e Antônio José Pereira de Lyra, Presidente e Vice-Presidente da empresa Laginha Agroindustrial S.A., respectivamente, decorreu de procedimento administrativo instaurado na Procuradoria da República no Estado de Alagoas, em razão de fatos constantes do relatório elaborado pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego que, nos dias 22 a 27 de fevereiro de 2008, investigou denúncia de que trabalhadores daquela empresa rural estariam sendo submetidos a condição análoga à de escravos.

Segundo a peça acusatória, fiscalização realizada em propriedade rural localizada no Município de União dos Palmares – AL revelou que os prestadores de serviço encontravam-se em péssimas condições de higiene, alimentação, transporte e alojamento, com jornada exaustiva. Transcrevendo parte do interrogatório de um dos trabalhadores rurais, cujo teor seria corroborado por outros quatro depoimentos tomados, busca o Ministério Público Federal demonstrar que as circunstâncias amoldam-se ao tipo penal previsto no artigo 149 do Código Penal.

Observem a organicidade do Direito. O rol de infrações trabalhistas presentes na denúncia é longo, mas nem por isso se pode concluir pela narração de fatos típicos considerado o disposto no mencionado dispositivo.

Até a Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003, vir à balha, tinha-se tipo aberto, cominando-se a pena de reclusão de dois a oito anos para aquele que reduzisse “alguém a condição análoga à de escravo”. Com a superveniência da referida Lei, nova redação foi dada aos preceitos do tipo penal do aludido artigo 149, que atualmente tem a seguinte redação:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de

**INQ 3.412 / AL**

escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Com a alteração normativa, o legislador ordinário optou por proceder à enumeração das condutas que indicam a redução do trabalhador a condição análoga à de escravo: a) submissão a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva. O fenômeno pressupõe coação física ou moral, ou seja, impor-se contexto capaz de levar o prestador dos serviços a obedecer a ordens e vontade de outrem sem a possibilidade de reação; b) sujeitar o prestador dos serviços a condições degradantes de trabalho, restringindo, por qualquer meio, a respectiva locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. Também há de perquirir-se o constrangimento ligado à coação física a inviabilizar a locomoção do prestador dos serviços.

No caso, não vislumbro, na denúncia, a narração de prática nesse sentido. O que se nota é uma série de imputações a consubstanciarem a responsabilidade não penal, mas cível-trabalhista, o que levou, até mesmo, à interdição do estabelecimento quanto ao corte manual da cana-de-açúcar e à rescisão dos contratos de trabalho dos empregados.

Deve-se caminhar para a distinção de situações. O ordenamento jurídico legou ao Direito Penal a tutela dos bens jurídicos mais caros ao indivíduo, daí a cominação de consequências sancionatórias graves, chegando-se à possibilidade de restrição da liberdade individual. Na espécie, a inobservância das normas trabalhistas, consideradas as condições de trabalho, a deficiência de equipamentos de proteção e o estado precário dos alojamentos, não configura o tipo penal.

No julgamento do Recurso Extraordinário nº 466.508-5/MA, por mim relatado, acórdão publicado em 2 de outubro de 2007, a Primeira Turma



**INQ 3.412 / AL**

do Supremo assentou que “o simples descumprimento de normas de proteção ao trabalho não é conducente a se concluir pela configuração do trabalho escravo, pressupondo este o cerceio à liberdade de ir e vir”. Eis o que consignei:

O acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região contém a transcrição da denúncia ofertada pelo Ministério Público, dela podendo-se constatar que os fatos narrados dizem respeito ao descumprimento, de forma setorizada, da legislação trabalhista, sonegando-se direito a que teriam os prestadores do serviço. Em momento algum, há notícia de cerceio à liberdade de ir e vir desses prestadores, o que, se existente, atrairia a adequação do pronunciamento do Plenário ocorrido quando da apreciação do Recurso Extraordinário nº 398.041/PA.

Somente haverá conduta típica prevista no artigo 149 do Código Penal se demonstrado pelo Estado-acusador o cerceio à liberdade de ir e vir dos prestadores de serviço, a impossibilitá-los de reagir ou deixar o local de trabalho, diante de quadro opressivo imposto pelo empregador. A assim não se entender, forçoso será concluir que, especialmente no interior do Brasil, em trabalhos no campo, há não apenas o desrespeito às normas trabalhistas, mas a submissão generalizada do homem trabalhador a condição análoga à de escravo.

O Plenário do Supremo, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 398.041/PA, relator Ministro Joaquim Barbosa, acórdão publicado em 19 de dezembro de 2008, alterou a compreensão da matéria. Assentou ser da competência da Justiça Federal a apreciação das causas nas quais se imputa a prática do delito do artigo 149 do Código Penal, porquanto considerado crime contra a organização do trabalho, nos termos do artigo 109, inciso VI, da Constituição Federal. Na oportunidade, o relator consignou que a “organização do trabalho” deve englobar o elemento “homem”, “compreendido na sua mais ampla acepção, abarcando

**INQ 3.412 / AL**

aspectos atinentes à sua liberdade, autodeterminação e dignidade”. Citou ainda o que afirmou Cezar Roberto Bitencourt ao analisar o artigo 149 do Código Penal:

o bem jurídico protegido, nesse tipo penal, é a liberdade individual, isto é, o *status libertatis*, assegurado pela Carta Magna brasileira. Na verdade, protege-se aqui a liberdade sob o aspecto ético-social, a própria dignidade do indivíduo, também igualmente elevada ao nível de dogma constitucional. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo fere, acima de tudo, o princípio da dignidade humana, despojando-o de todos os valores ético-sociais, transformando-o em *res*, no sentido concebido pelos romanos. E, nesse particular, a redução à condição análoga à de escravo difere do crime anterior – sequestro ou cárcere privado –, pois naquele a liberdade “consiste na possibilidade de mudança de lugar, sempre e quando a pessoa queira, sendo indiferente que a vontade desta dirija-se a essa mudança”, enquanto neste, embora também se proteja a liberdade de auto-locomover-se do indivíduo, ela vem acrescida de outro valor preponderante, que é o amor próprio, o orgulho pessoal, a dignidade que todo indivíduo deve preservar enquanto ser, feito à imagem e semelhança do Criador. Em sentido semelhante manifestava-se Aníbal Bruno, afirmando que referido fato delituoso não suprime determinado aspecto da liberdade, mas, “atinge esse bem jurídico integralmente, destruindo o pressuposto da própria dignidade do homem, que se opõe a que ele se veja sujeito ao poder incontrastável de outro homem, e, enfim, anulando a sua personalidade e reduzindo-o praticamente à condição de coisa, como de escravo romano se dizia nos antigos textos”. [1]

No referido precedente, buscava-se a subsunção dos fatos ao que dispõe o artigo 149 do Código Penal, ante a constatação de que inúmeros trabalhadores rurais estavam sendo submetidos ao labor sob escolta, “alguns acorrentados, em situação de total violação da liberdade e da autodeterminação de cada um”. A simples menção às condições de

**INQ 3.412 / AL**

trabalho não deixava dúvida de haver cerceio ao direito de locomoção, o que levou o Ministro Sepúlveda Pertence a consignar que o tipo do artigo 149 do Código Penal constitui “atentado à liberdade individual” do trabalhador.

No caso em exame, deixando de lado a precariedade das condições de trabalho verificadas, o que motivou, até mesmo, a interdição do estabelecimento investigado, há de se indagar se a matéria fática dos autos, em especial depoimentos, revela a sujeição dos prestadores de serviços a trabalhos forçados mediante a restrição do direito de locomoção. Extrai-se dos “Termos de Depoimento Pessoal de Trabalhador”, tomados nos dias 5 e 6 de março de 2008:

Iranaldo da Silva Batista – admitido em 1º/10/2007: “QUE veio por conta própria procurar emprego; QUE desde o início desta safra está alojado; (...) QUE trabalhou até o dia 03.03.08; QUE depois deste dia ficou no alojamento até hoje;” (folhas 39 e 40)

José Cândido da Silva – “QUE veio por conta própria procurar emprego; QUE trabalha aqui desde 10.07.2006 e desde o início desta safra está alojado; (...) QUE parou de trabalhar no dia 03.03.2008; QUE depois deste dia ficou no alojamento até a data de 04.03.2008;” (folhas 41 e 42)

José Ferreira de Lima Neto – “QUE veio por conta própria procurar emprego; (...) QUE parou de trabalhar no dia 25.02.08; QUE depois deste dia ficou no alojamento até a data de 05.03.2008.” (folhas 43 e 44)

Enoque Pereira de Lima – “foi contratado no dia 01.10.2007; teve a baixa na sua CTPS no dia 03.03.08 devido à rescisão indireta resultante da ação fiscal do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego; morou no alojamento da Usina durante todo o período do contrato de trabalho; nos dias

**INQ 3.412 / AL**

de folga, a cada 05 (cinco) dias na semana, ia para casa;” (folhas 45e 46)

José Elias Correia de Lima – “foi contratado no dia 02.02.2008; teve a baixa na sua CTPS no dia 03.03.08 devido à rescisão indireta resultante da ação fiscal do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego; morou no alojamento da Usina durante todo o período do contrato de trabalho; nos dias de folga de 48 (quarenta e oito) horas, ia para casa; quando a folga era de 24 (vinte e quatro) horas permanecia no alojamento;” (folhas 47 e 48)

José Everaldo da Silva – “foi contratado no dia 01.10.2007; teve a baixa na sua CTPS no dia 03.03.08 devido à rescisão indireta resultante da ação fiscal do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego; morou no alojamento da Usina durante todo o período do contrato de trabalho; nos dias de folga de 48 (quarenta e oito) horas, ia para casa; quando a folga era de 24 (vinte e quatro) horas permanecia no alojamento;” (folhas 49 e 50)

Amaro Nunes da Silva – “foi contratado no dia 18.10.2007; teve a baixa na sua CTPS no dia 03.03.08 devido à rescisão indireta resultante da ação fiscal do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego; morou no alojamento da Usina durante todo o período do contrato de trabalho; nos dias de folga de 48 (quarenta e oito) horas, ia para casa; quando a folga era de 24 (vinte e quatro) horas permanecia no alojamento;” (folhas 51 e 52)

O Ministério Público Federal, ao abordar a tipificação das circunstâncias encontradas no artigo 149 do Código Penal, levou em conta o teor dos depoimentos pessoais, somado à conclusão do relatório de operação formalizado pelos fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, no sentido de que “a condição análoga à escravidão” decorre das “condições degradantes” a que submetidos os trabalhadores. Entendo

**INQ 3.412 / AL**

não ser esse o melhor enquadramento dos fatos.

Observo, de início, que a leitura dos termos resultantes das oitivas, nos quais repetidos dados, qualificação de materiais e impressões sobre equipamentos, revela estranha similitude de conteúdo, deixando, inclusive, dúvidas quanto à liberdade com que prestadas as informações.

De toda sorte, poder-se-ia cogitar de coação física que atente contra a liberdade de locomoção dos prestadores de serviço? A resposta é desenganadamente negativa.

Dos documentos que acompanham a peça acusatória, em especial dos relativos aos interrogatórios, depreende-se que a propriedade rural distava apenas alguns quilômetros da cidade de União dos Palmares-AL e que os trabalhadores preferiam – ressalto – continuar no local de trabalho durante a semana, mas, nos dias de folga, iam para casa ou permaneciam, também por opção, no alojamento. Some-se a isso o fato de os depoimentos darem conta de que, após a rescisão contratual indireta, resultante da ação fiscalizadora do Ministério do Trabalho e Emprego, os trabalhadores mantiveram-se na propriedade, a revelar a ausência de constrição do direito de ir e vir. Do mesmo modo, não vislumbro coação moral, a ponto de concluir que existiria a submissão dos prestadores de serviços a opressão psíquica a inviabilizar qualquer reação.

A atividade principal desenvolvida pela empresa é a produção de derivados da cana-de-açúcar, especialmente do álcool combustível. Sabe-se que, nessa área, a utilização da mão de obra acontece de forma sazonal, de acordo com os períodos de safra e entressafra, a exigir maior ou menor contingente de trabalhadores. Percebe-se dos depoimentos que um trabalhador estava na empresa há apenas um mês, a maioria há cinco meses e dois há vinte meses, ficando demonstrada nítida concentração laboral no período de safra.

Apontando ser distorcida a visão dos órgãos de fiscalização em relação à existência de trabalho escravo na utilização de mão de obra temporária na agricultura brasileira, Gervásio Castro de Rezende, Professor Titular da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, aponta que:

**INQ 3.412 / AL**

No caso da utilização de mão de obra sazonal, especialmente quando a atividade agrícola se exerce em propriedades distantes de qualquer meio urbano, e para onde o trabalhador tem, inclusive, de ser levado, no mais das vezes, pelo empreiteiro, o ajuste de salário do trabalhador pode incluir a provisão, à mão de obra, de condições precárias (e por isso mesmo de baixo custo), de alojamento e alimentação, o que tem sido amplamente alardeado, na imprensa nacional e internacional, como significando a presença de “escravidão da mão de obra” em nossa agricultura.

Deve-se notar que, na situação típica de qualquer mercado de trabalho, tanto no meio urbano como no meio rural (mas, sobretudo, no meio urbano), o trabalhador recebe o salário e ele é quem decide como gastá-lo, em particular no que tange à sua alimentação e ao seu alojamento, daí se podendo falar de um ‘salário líquido’, definido como aquela renda que sobra após a cobertura das despesas de alimentação e alojamento. [...]

No caso do mercado de trabalho sazonal agrícola, contudo, o pagamento ao trabalhador do salário integral, deixando por conta dele a satisfação das necessidades básicas, não é possível, dados a distância e o isolamento dos locais de trabalho, o que força o empregador (no caso, o empreiteiro, que é quem normalmente se encarrega disso, não obstante a proibição legal), a fornecer esses itens de consumo diretamente ao trabalhador, a serem ou não descontados do salário no final da jornada.

É claro que, do ponto de vista do trabalhador migrante sazonal, o que interessa é a ‘renda líquida’ que levará para casa no final da jornada, e que servirá de base para satisfazer as necessidades de sua família e suas próprias, no futuro. Visto dessa maneira, não deveria surpreender que as condições de alimentação e alojamento de tais trabalhadores fossem

**INQ 3.412 / AL**

precárias: é que, assim, reduz-se o gasto com as necessidades básicas, sobrando mais renda monetária no final da jornada, que é o que importa para o trabalhador e sua família. [...]

Note-se que é também muito comum imputar-se ao empreiteiro e ao agricultor a acusação, menos dramática, de reduzir o trabalhador à situação “análoga à condição de escravo” ou “degradante”. Isso teria que ver com as condições inadequadas de alojamento e alimentação, ainda mais quando se consideram os padrões, sempre bastante elevados e completamente irrealistas, requeridos pelas normas trabalhistas.

O problema com essa acusação mais ‘branda’ de escravidão é ignorar que as condições de alimentação e alojamento decorrem de duas causas, já apontadas antes: em primeiro lugar, expressam também uma opção do trabalhador, uma vez que maiores despesas em condições de trabalho e alimentação implicam uma redução do salário líquido que ele poderá levar para casa; e, em segundo lugar, o maior risco da taxa de retorno da atividade de empreitada agrícola, fruto da ilegalidade do empreiteiro, acaba afetando, negativamente, também o salário pago ao trabalhador. [...]

Um último aspecto que não pode deixar de ser desenvolvido aqui é o fato de que a crença na existência de “trabalho escravo” (ou, na forma mais branda, “trabalho forçado”) acaba levando ao aumento do risco da contratação de mão de obra agrícola (especialmente a temporária) e, por conseguinte, ao aumento da mecanização na agricultura, com o que se reduz o emprego da mão de obra pela agricultura, especialmente daquela menos qualificada, com o consequente aumento do êxodo rural e da pobreza no meio urbano. [2]

Tal problemática já pode ser quantificada, revelando as sérias consequências sociais da ampliação da incidência do crime do artigo 149

**INQ 3.412 / AL**

do Código Penal. Dados estatísticos disponíveis no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego demonstram que, até o ano de 2010, 2.844 estabelecimentos foram inspecionados pela Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE), possibilitando o “resgate” de 39.180 trabalhadores encontrados em situação análoga à de escravo, submetidos a “uma ou mais hipóteses do artigo 149 do Código Penal”.

Mesmo reconhecendo a relevância da ação fiscalizadora realizada em todo o território nacional, indispensável à identificação de casos de trabalhadores sob o jugo de maus empregadores, não confiro tamanha envergadura ao tipo penal em questão. Ele não é aberto. Tem balizas, núcleos, considerado o sentido vernacular, que direcionam a algo que afaste, no tocante ao prestador dos serviços, a liberdade, que conduzem a quadro sinalizador da ausência de respeito à dignidade do trabalhador. O preceito versa a submissão a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, com sujeição a condições degradantes ou restrição, por qualquer meio, da locomoção em virtude de dívida contraída com o empregador ou o preposto.

Guilherme de Souza Nucci, ao comentar o artigo 149 do Código Penal, lembra que, para a consumação do delito, “é suficiente que exista uma submissão fora do comum, como é o caso do trabalhador aprisionado em uma fazenda, com ou sem recebimento de salário, porém, sem conseguir dar rumo próprio à sua vida, porque impedido por seu pretenso patrão, que, em verdade, busca atuar como autêntico ‘dono’ da vítima.”[3]

No mesmo sentido, Cezar Roberto Bitencourt afirma que:

reduzir significa sujeitar uma pessoa a outra, em condição semelhante à de escravo, isto é, a condição deprimente e indigna. Consiste em submeter alguém a um estado de servidão, de submissão absoluta, semelhante, comparável à de escravo. É, em termos bem esquemáticos, a submissão total de alguém ao domínio do sujeito ativo, que o reduz à condição de



**INQ 3.412 / AL**

coisa.[4]

Não há como ser reconhecido, no caso, o elemento subjetivo do tipo do artigo 149 do Código Penal – o dolo. Ao contrário do que sustentado na denúncia, não vislumbro indícios de que os investigados, em uniformidade de desígnios, tenham atuado com intenção manifesta de subjugar os trabalhadores rurais. Os autos do inquérito nada mais revelam senão condições laborais, embora questionáveis sob a óptica do Direito do Trabalho, comuns à realidade agrícola brasileira, em especial, repito, quando utilizada mão de obra sazonal.

A denúncia traz, como reforço argumentativo, rol contendo diversas irregularidades verificadas pela equipe do Ministério do Trabalho e Emprego nas dependências da empresa investigada. Algumas exigências, é certo, mostram-se consentâneas com a natureza da atividade rural, como, por exemplo, a necessária observância de intervalos durante a jornada de trabalho, o estrito uso dos equipamentos de proteção individual, o fornecimento de marmitas adequadas aos padrões de higiene e conservação, entre outras. Contudo, da extensa lista de 46 itens que estariam em desacordo com as normas reguladoras do trabalho rural e que se alega darem maior densidade à tipificação da conduta do empregador ao artigo 149 do Código Penal, destaco, pela peculiaridade, as seguintes:

[...]

4) Deixar de identificar o sentido de transporte do fluido por meio de seta em cor de contraste sobre a cor básica (em desacordo às disposições do item 26.3.5, a, da NR-26 da Portaria 3214/78);

[...]

11) Deixar de constar no Atestado de Saúde Ocupacional – ASO o nome completo do trabalhador e/ou o número de sua

**INQ 3.412 / AL**

identidade e/ou função;

12) Transportar pessoas em máquinas ou equipamentos motorizados ou nos seus implementos acoplados;

[...]

25) Deixar de propor atividades, por intermédio da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural, que visem despertar o interesse dos trabalhadores pelos assuntos de prevenção de acidentes no trabalho rural;

26) Deixar de disponibilizar, nas frentes de trabalho, instalações sanitárias fixas ou móveis compostas de vasos sanitários e lavatórios, na proporção de um conjunto para cada grupo de quarenta trabalhadores ou fração, atendidos os requisitos do item 31.23.3.2 da NR-31;

[...]

42) Disponibilizar instalação sanitária que não possua portas de acesso que impeçam o devassamento ou que não seja construída de modo a manter o resguardo conveniente.

Sob pena de admitir-se o total desconhecimento da realidade rural brasileira, em especial a do setor sucroalcooleiro, em que a utilização de mão de obra sazonal é a tônica e as atividades desenvolvem-se em grandes extensões de terras, muitas vezes distantes dos centros urbanos, não se pode transmudar inobservância, mesmo que contumaz, a normas de índole nitidamente trabalhista em desrespeito a lei penal.

Ressalto a preocupação externada no exame do Inquérito nº 2.131/DF, em 23 de fevereiro de 2012, quando o Plenário, por maioria, recebeu denúncia – fiquei vencido, na companhia dos Ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli bem como do Presidente, Ministro Cezar Peluso, que a recebia em parte.

**INQ 3.412 / AL**

Não raro, o Supremo tem sido chamado a apreciar inquéritos e ações penais em que se apura a ocorrência do crime previsto no artigo 149 do Código Penal. Partindo-se da premissa de que somente julgamos aqueles que detêm prerrogativa de foro, fico a imaginar o que deve acontecer no restante do país – em que se potencializa o descumprimento de obrigações trabalhistas a ponto de enquadrá-lo em tipos penais que, friso, reclamam o elemento subjetivo, o dolo, que não se satisfazem com a simples culpa.

Tal realidade atrai tutela em âmbito judicial próprio – a Justiça do Trabalho, cujo órgão de cúpula, o Tribunal Superior do Trabalho, vem, de forma reiterada, condenando empregadores ao pagamento de indenizações por danos morais nos casos em que trabalhadores são submetidos a condições degradantes. Nesse sentido:

RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TRABALHO DEGRADANTE. CARACTERIZAÇÃO. A conquista e afirmação da dignidade da pessoa humana não mais podem se restringir à sua liberdade e intangibilidade física e psíquica, envolvendo, naturalmente, também a conquista e afirmação de sua individualidade no meio econômico e social, com repercussões positivas e conexas no plano cultural – o que se faz, de maneira geral, considerado o conjunto mais amplo e diversificado das pessoas, mediante o trabalho e, particularmente, o emprego. O direito à indenização por dano moral encontra amparo no art. 186, Código Civil, c/c art. 5º, X, da CF, bem como nos princípios basilares da nova ordem constitucional, mormente naqueles que dizem respeito à proteção da dignidade humana e da valorização do trabalho humano (art. 1º, da CR/88). Na hipótese sob exame, houve ofensa à dignidade do Reclamante, configurada na situação fática descrita nos autos, segundo a qual – A segunda Reclamada não respeitou as necessidades básicas, vitais, fisiológicas de seus empregados, descumprindo normas basilares de saúde e segurança dos trabalhadores; c) a segunda reclamada não disponibilizou abrigos nas frentes de trabalho,

**INQ 3.412 / AL**

quer fixos, quer móveis que protejam os trabalhadores contra intempéries durante as refeições – , consoante expressamente consignado na sentença. Recurso de revista conhecido e provido. (TST, 6ª Turma, RR-2652-94.2010.5.08.0000, Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, DJe de 19/12/2011)

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL. TRABALHO EM CONDIÇÕES DEGRADANTES. CONVENÇÃO 29 DA OIT. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO.

A prestação de serviços em instalações inadequadas, capazes de gerar situações de manifesta agressão à intimidade, à segurança e à saúde, como a falta de instalações sanitárias, a precariedade de abrigos e de água potável, incompatíveis com as necessidades dos trabalhadores, constituem, inequivocamente, trabalho degradante, repudiado pela Convenção nº 29, da Organização do Trabalho e ratificada pelo Brasil. Quanto ao valor da indenização, contata-se que o decisum observou os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, atento às circunstâncias fáticas geradoras do dano, do grau de responsabilidade e da capacidade econômica da empresa, sem se afastar, igualmente, de seu caráter desestimulador de ações dessa natureza, que comprometem a dignidade dos trabalhadores. Agravo conhecido e não provido. (TST, 4ª Turma, AIRR-3249-63.2010.5.08.0000, Rel. Min. Milton de Moura França, DJe de 20/5/2011)

No mais, consta do apenso 1 que o Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública, com pedido de liminar, contra a empresa Laginha Agroindustrial S.A., na qual requereu fosse determinada a observância de 42 providências e, ao final, a condenação, a título de indenização por “lesão a direitos difusos”, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a ser revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Consulta ao sítio eletrônico do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª

**INQ 3.412 / AL**

Região revela que, na referida ação civil pública, autuada sob o nº 00434-2008.060.19.00.5, em 7 de março de 2008, foi realizada transação entre o Ministério Público do Trabalho e a defesa, devidamente homologada pelo Juízo da Vara do Trabalho de União dos Palmares. A ré comprometeu-se a “efetivamente cumprir as solicitações do MPT, no que ainda mencionou que a empresa fará esforços no sentido de mudar determinadas culturas implantadas no estabelecimento, relativas à utilização dos equipamentos de proteção individual, higiene dos trabalhadores, como um todo”.

Equacionada a questão perante a Justiça do Trabalho, tenho que não se presta o Direito Penal a alavancar a afirmação dos direitos e deveres inerentes às relações laborais.

Sob o ângulo da imputação, vigora, no processo penal, o critério da individualização, havendo de ficar demonstrada a ligação entre o acusado e o ato que se diz configurador da prática delituosa. Voto pelo não recebimento da denúncia, porque entendo não se poder enquadrar, no tipo do artigo 149 do Código Penal, os fatos narrados.

[1] Bitencourt, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal – Parte Especial*, Volume 2, 7ª ed. Ed. Saraiva, p. 383.

[2] Rezende, Gervásio Costa de. “Uma crítica à crença generalizada de existe ‘trabalho escravo’ na agricultura brasileira”. *Revista Jurídica Consulex*, Ano XIII, nº 294, 15 de abril de 2009, p. 23 a 25.

[3] Nucci, Guilherme de Souza. “Código Penal Comentado”. 7ª edição revista, atualizada e ampliada, 2. tir. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p.639.

[4] Bitencourt, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal – Parte Especial*, Volume 2, 7ª ed. Ed. Saraiva, p. 385.

**29/03/2012****PLENÁRIO****INQUÉRITO 3.412 ALAGOAS****ANTECIPAÇÃO AO VOTO**

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Senhor Presidente, neste Plenário, há cerca de duas ou três sessões, houve acalorados debates no que concerne a esse tema da compreensão que possa ser emprestada ao tipo penal contido no artigo 149, e com fundamentos relevantes por parte dos diferentes Ministros. Foi um julgamento por maioria.

Eu não votei naquele processo, porque era da relatoria da Ministra Ellen Gracie que, conseqüentemente, já havia emitido o seu voto. E, ali, de fato, verificou-se que os diferentes Ministros integrantes da Corte estão emprestando ao tipo penal do artigo 149 uma compreensão diversa. Também se disse da tribuna que, na redação anterior, o tipo em aberto comportava apenas a redução do trabalhador à condição análoga à de escravo, e que, a partir da alteração legislativa de 2003, ou seja, quando desses fatos objeto deste processo, já sob a nova redação, se emprestou ao tipo penal essa redação diversa que vem, a meu juízo – e foi a interpretação dada, naquela oportunidade, pelo Plenário –, por alternativas:

"Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:"

Essa última hipótese, essa última alternativa, no caso concreto, segundo o judicioso e minudente voto do eminente Relator, não se faria presente.

Confesso a Vossas Excelências que, pela compreensão que tenho do preceito, e considerando que, naquele caso, uma hipótese análoga, o Plenário acolheu a denúncia, e considerando que na denúncia não se exige – e nem me parece, com todo o respeito, que se precise – uma

**INQ 3.412 / AL**

valoração aprofundada das provas já trazidas, até porque outras serão colhidas na instrução da ação, meu voto seria no sentido acolher a denúncia. Agora, o eminente Ministro Relator trouxe alguns aspectos que, de fato – não fiz o exame dos autos -, talvez sejam de toda relevância.

A mim parece que esses aspectos todos, até por uma similitude com a outra hipótese que demos, recebendo a denúncia, vamos, agora, sob o princípio do contraditório, da ampla defesa, colhidas todas as manifestações, poderíamos, ao final, emitir um julgamento, inclusive, definindo qual a compreensão do Supremo com relação ao tipo penal do artigo 149.

Então, nessa linha, Senhor Presidente, eu até estava quase requerendo vista dos autos, mas, se Vossas Excelências não entenderem necessário, todos estiverem esclarecidos, o meu voto é no sentido do recebimento da denúncia.

29/03/2012

PLENÁRIO

**INQUÉRITO 3.412 ALAGOAS**

**VOTO**

A Sra. Ministra Rosa Weber (Redatora para o acórdão):  
Trata-se de denúncia pelo crime do art. 149 do Código Penal (reduzir alguém a condição análoga à de escravo).

A denúncia foi proposta em 01.02.2010 contra João José Pereira de Lyra, atualmente Deputado Federal, e Antônio Arnaldo Baltar Cansanção, pelo Ministério Público Federal perante a Justiça Federal de Alagoas.

Foi aditada em dezembro de 2010 para excluir Antônio Arnaldo e incluir Antônio José Pereira de Lyra.

Diante da eleição de João Lyra para Deputado Federal, os autos vieram ao Supremo.

A denúncia ampara-se em fiscalização realizada pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, no período de 22 a 27 de fevereiro de 2008, em canaviais pertencentes à empresa Laginha Agroindustrial S/A localizados no Município de União dos Palmares/AL.

Segundo a fiscalização, foram encontrados cinquenta e três trabalhadores em condições irregulares. Sintetizo algumas situações que teriam sido verificadas:

- o alojamento destinado aos trabalhadores sujo, com mau cheiro, sem ventilação adequada;
- ausência de colchões no alojamento, utilizando os trabalhadores, para dormir, “espumas de má qualidade, visivelmente envelhecidas, sujas e muitas rasgadas”;
- água disponibilizada no alojamento proveniente apenas de torneiras;
- a água disponibilizada aos trabalhadores nos canaviais, em caçambas precárias e sujas;
- não havia banheiros;



**INQ 3.412 / AL**

- não havia mesas ou cadeiras para refeições;
- não havia material de primeiros socorros;
- não eram entregues equipamentos de proteção adequados aos trabalhadores;
- o transporte dos trabalhadores era realizado em ônibus precários;
- os trabalhadores eram submetidos a exaustiva jornada de trabalho, constando informações de que prestariam até seis horas extras por dia;
- não era disponibilizado transporte aos trabalhadores para o retorno às respectivas residências durante as folgas.

Segundo a fiscalização, “o que encontramos configurava um quadro de profundas agressões aos direitos humanos dos trabalhadores, além de ser um flagrante desrespeito a vários dispositivos legais promulgados com o objetivo de propiciar garantias mínimas aos direitos humanos laborais”.

A denúncia ainda se ampara nos depoimentos de alguns trabalhadores. Segundo declarado por alguns, prestavam trabalho em dois turnos, em revezamento, o turno da manhã com duração das 05:00 às 21:00, o turno da tarde, das 17:00 até às 08:00 ou 09:00 do dia seguinte. Ainda segundo os depoimentos, não seriam pagas as horas extras ou adicionais noturnos, a comida seria ruim, não haveria banheiros, faltaria água para beber nos canaviais, e ocasionalmente os salários seriam pagos com atraso.

Os acusados, João José Pereira de Lyra e Antônio José Pereira de Lyra, foram denunciados por serem respectivamente Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente da empresa Laginha Agroindustrial, responsável pelo trabalho no canavial.

Nas defesas apresentadas, alega-se, em síntese:

- que, posteriormente à fiscalização, foi feito acordo na Justiça do Trabalho para regularizar a situação da prestação de trabalho;
- que os fatos narrados não configuram trabalho escravo, pois não pode se “associar eventual descumprimento da legislação

**INQ 3.412 / AL**

trabalhista com trabalho escravo”;

- que não há imputação de conduta direta contra João Lyra ou contra Antônio José Pereira de Lyra;

- que não foi instaurado prévio inquérito policial;

O eminente Relator, Ministro Marco Aurélio, em seu voto, entendeu que a denúncia deveria ser rejeitada por atipicidade. Com base em precedente da 1ª Turma desta Suprema Corte (RE 466.508/MA – Rel. Min. Marco Aurélio – 1ª Turma – un. – j. 02.10.2007), assentou que “o simples descumprimento de normas de proteção ao trabalho não é conducente a se concluir pela configuração do trabalho escravo, pressupondo este o cerceio à liberdade de ir e vir.”

Respeitosamente, divirjo.

Parafraseando célebre decisão da Suprema Corte norte-americana (*Brown v. Board of Education*, 1954), na abordagem desse problema, não podemos voltar os nossos relógios para 1940, quando foi aprovada a parte especial do Código Penal, ou mesmo para 1888, quando a escravidão foi abolida no Brasil. Há que considerar o problema da escravidão à luz do contexto atual das relações de trabalho e da vida moderna.

Nessa linha, destaco da denúncia:

*“Como é cediço, a escravatura foi abolida do ordenamento pátrio através da Lei Áurea, datada de 13 de maio de 1888. Todavia, não estamos tratando aqui da escravidão como era conhecida no Brasil Imperial, onde as pessoas eram despidas de todo traço de cidadania, mas da neo-escravidão, porquanto a lei não ampara mais tal desumanidade. Dessa forma, não existem mais escravos propriamente ditos, mas cidadãos rebaixados à condição de escravo, em ofensa grave a um dos principais fundamentos do Estado Democrático de Direito, o princípio da dignidade da pessoa humana.”*

Não se trata, portanto, de procurar “navios negreiros” ou “engenhos de cana” com escravos, como existiam antes da abolição, para aplicar o art. 149 do Código Penal.

A “escravidão moderna” é mais sutil e o cerceamento da liberdade pode decorrer de diversos constrangimentos econômicos e não

**INQ 3.412 / AL**

necessariamente físicos.

Nessa perspectiva, repetindo Amartya Sen, o renomado economista laureado com o Prêmio Nobel:

*“a privação da liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como a violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos ou civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares como a capacidade de escapar da morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária.” (SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 13)*

Priva-se alguém de sua liberdade e de sua dignidade, tratando-o como coisa e não como pessoa humana, o que pode ser feito não só mediante coação, mas também pela violação intensa e persistente de seus direitos básicos, inclusive do direito ao trabalho digno. A violação do direito ao trabalho digno impacta a capacidade da vítima de realizar escolhas segundo a sua livre determinação. Isso também significa “reduzir alguém a condição análoga à de escravo”.

Exemplificando, não há registro no caso presente de que algum dos trabalhadores tenha sido proibido de abandonar o seu trabalho, mas não tenho dúvidas de que eles não persistiriam trabalhando em condições degradantes ou exaustivas se dispusessem de alternativas. Ser escravo é não ter domínio sobre si mesmo

Por evidente, não é qualquer violação dos direitos trabalhistas que configura trabalho escravo.

Mas se a afronta aos direitos assegurados pela legislação regente do trabalho é intensa e persistente, se atinge níveis gritantes e se os trabalhadores são submetidos a trabalhos forçados, jornadas exaustivas ou a condições degradantes, é possível, em tese, o enquadramento no crime do art. 149 do Código Penal, pois conferido aos trabalhadores tratamento análogo ao de escravos, com a privação de sua liberdade e de sua dignidade, mesmo na ausência de coação direta contra a liberdade de ir e vir.

Essa interpretação é favorecida pela redação atribuída ao

**INQ 3.412 / AL**

art. 149 do Código Penal pela Lei n.º 10.803, de 11.12.2003:

*“Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.”*

Observa-se que o tipo descreve condutas alternativas que isoladamente caracterizariam o trabalho escravo (“quer” isso, “quer” aquilo).

A origem histórica do tipo penal, que remonta a punição da escravização do homem livre no Direito Romano, o assim denominado *crimen plagii* (HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1958), é relevante, assim como a sua redação originária no Código de 1940, bem como a localização topográfica do artigo respectivo no Código Penal, especificamente no capítulo “Dos crimes contra a liberdade individual”.

Entretanto, apesar de relevantes, tais elementos não são determinantes da interpretação e não podem prevalecer diante da literalidade do dispositivo penal, segundo sua redação alterada em 2003, que prevê expressamente condutas alternativas e aptas a configurar o crime.

Não se trata de prestigiar acriticamente a interpretação literal, mas de reconhecer que a redação expressa é consentânea com atual contexto da “escravidão moderna”.

Portanto, concluo que, para a configuração do crime do art. 149 do Código Penal, não é necessária a coação física da liberdade de ir e vir, ou mesmo o cerceamento da liberdade de locomoção, bastando a submissão da vítima “a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva” ou “a condições degradantes de trabalho”, condutas cuja presença deve ser avaliada caso a caso.

Assentada essa premissa, cumpre reconhecer que as condutas narradas na denúncia se revestem de tipicidade aparente.

Por outro lado, na fase de recebimento da denúncia, não se exige prova cabal dos fatos delitivos, nem é o momento adequado para

**INQ 3.412 / AL**

profundas discussões sobre as provas. A base probatória invocada, o resultado da fiscalização e os depoimentos dos trabalhadores, são suficientes para configurar justa causa para o recebimento.

Há igualmente justa causa para imputar os fatos aos acusados, dirigentes executivos da empresa responsável em tese pelo crime. Seria de fato recomendável uma melhor delimitação das responsabilidades individuais ainda na fase de investigação. Entretanto, sendo os acusados dirigentes e administradores da empresa, a imputação não deixa de ser razoável e eles poderão defender-se amplamente no curso da instrução criminal. O recebimento da denúncia não significa conclusão quanto à responsabilidade criminal dos acusados, o que será objeto do julgamento.

Agrego que eventuais vícios no procedimento de fiscalização não afetam a justa causa, já que se trata de peça meramente informativa.

Quanto à alegada realização de acordo posterior na Justiça do Trabalho, não se mostra apta a elidir o crime, e poderá ter eventuais reflexos na hipótese de condenação.

Quanto à alegada falta do inquérito policial, pode o Ministério Público formular a acusação mesmo sem inquérito e desde que entenda que há elementos suficientes nos autos para amparar a perseguição.

Ante o exposto, com a vênia do eminente Relator, voto pelo recebimento da denúncia.

É como voto.

**29/03/2012****PLENÁRIO****INQUÉRITO 3.412 ALAGOAS****VOTO**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Senhor Presidente, egrégio Plenário, ilustre representante do Ministério Público, senhores advogados presentes e que assomaram à tribuna, um dos aspectos que mais tem chamado a atenção da modernidade é a constitucionalização dos direitos. Isso significa, em primeiro lugar, que a Constituição, hoje, passa a ter normatividade suficiente e aplicabilidade imediata na solução dos conflitos intersubjetivos. E o que é mais importante: toda exegese que se possa levar a efeito em relação à legislação infraconstitucional tem necessariamente de perpassar pelo tecido normativo da Constituição Federal.

E o que diz a Constituição Federal na parte que influi na solução dessa questão submetida à Suprema Corte que tem, como matéria prima de trabalho, primeiramente, a Constituição Federal do Brasil:

"Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

...

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

...

III - (...) e reduzir as desigualdades (...)"

Após essa manifestação do ideário da Nação no sentido genérico, conquanto Estado Democrático de Direito, a Constituição Federal, na parte relativa aos direitos sociais, estabelece como princípios setoriais basilares:

**INQ 3.412 / AL**

"Art. 6º...

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;"

E, no inciso XXXIII, proíbe o trabalho insalubre.

Ora, quer pela doutrina nacional - e eu cito, no meu modo de ver, um dos maiores constitucionalistas, Professor Luís Roberto Barroso -, quer pela doutrina estrangeira "Teoria dos Direitos Fundamentais", de Alexy, e a obra sobre uma expressão que não é da melhor afeição do Ministro Gilmar Mendes, "O Neoconstitucionalismo", de Miguel Carbonell, a realidade é que não se pode analisar essas condições a que se reduz o trabalhador brasileiro sem perpassarmos pela acepção constitucional do que seja dignidade da pessoa humana, valorização do trabalho, condições de higiene, insalubre etc.

Essa preocupação do trabalho é uma preocupação que transcende ao meio jurídico. E como sou dessa geração que passou por diversos problemas, entre os quais, o de vivenciar o pobre trabalhador brasileiro, que é miserável pela pobreza e pela necessidade, eu muito me afinava com alguns autores da minha época, como, por exemplo, o nordestino, com quem esses casos acontecem, um jovem nordestino que faleceu muito cedo e que tinha um pai tão brilhante quanto ele, só que ele não teve tempo de permanecer no cancioneiro popular para expressar toda a sua irrisignação diante daquele ambiente em que ele vivia, que foi Gonzaguinha. Gonzaguinha, um grande nordestino, numa belíssima música até hoje executada, "Um Homem também Chora (Guerreiro Menino)", ele dizia:

"Um homem se humilha  
Se castram seu sonho  
Seu sonho é sua vida  
E vida é trabalho...  
E sem o seu trabalho  
O homem não tem honra  
E sem a sua honra  
Se morre, se mata..."

Então, esses trabalhadores, submetidos a essas condições que foram

**INQ 3.412 / AL**

narradas aqui na denúncia do Ministério Público - como bem destacou a Ministra Rosa Weber: estamos numa fase embrionária. Então, realmente, pelo que consta das provas dos autos e também da descrição apta da denúncia, nós estamos diante destes homens que sonham, estamos diante desses homens que não têm honra, estamos diante desses homens que morrem e matam, porque vivem no limiar da sobrevivência biológica, sem nenhuma dignidade humana, qual seja a capacidade de autodeterminação. E por que é que eu digo isso? Porque consta da exordial acusatória que os denunciados submetem os trabalhadores, ou por ação ou por omissão - porque o Código Penal é claro: quem por ação ou omissão produz resultado responde pelas penas cominadas -, reduzem os trabalhadores a condições degradantes no município de União dos Palmares, em Alagoas. E, segundo relata o *parquet*, lá naquele local de trabalho há um alojamento que abrigava - e me repugna dizer - somente cinquenta e três empregados muito sujos, um lugar com pouca ventilação e mau cheiro devido ao acúmulo de lixo, disponibilizando para o descanso dos trabalhadores apenas espumas envelhecidas, sujas e rasgadas.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Vossa Excelência permite? O apelido do alojamento, acho que diz tudo, era Cadeião - cárcere, cela, prisão. Cadeião. Os próprios trabalhadores chamavam esse alojamento assim.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Isso até nos emociona, não é? Pois bem, no lugar dessas instalações sanitárias alega-se que havia uma cadeira higiênica, daquelas utilizadas por doentes em hospitais, sobre o chão natural, sem vaso e sem nenhuma espécie de fossa. O Ministério Público afirma que para o corte manual de cana-de-açúcar a empresa não disponibilizava os equipamentos necessários, não havia material de primeiros socorros, e a água que bebiam era impura. Ouvidos os cortadores de cana, teriam dito que ganhavam tão pouco por unidade produzida que se viam obrigados a trabalhar como escravos à exaustão para conseguirem um pouco mais de dinheiro.

Em razão da remuneração ínfima, supostamente trabalhavam até



**INQ 3.412 / AL**

dezesesseis horas por dia, o que configuraria jornada exaustiva. Há inclusive, segundo a denúncia e as provas dos autos, analisadas de maneira superficial neste momento, conforme linha intelectual coerente traçada por esse Plenário, há registro de que um dos trabalhadores afirmou ter trabalhado por mais de vinte quatro horas sem intervalo e que teria recebido sua remuneração com cheques sem fundos, e que o médico da empresa não dava atestado quando os trabalhadores adoeciam.

O Ministério Público anotou, no total, 46 (quarenta e seis) irregularidades no regime de trabalho adotado na empresa dos denunciados. Dentre os elementos de informação colhidos no inquérito, consta DVD com fotos e filmagens do local.

Argumentou-se que - uma argumentação que se deveria ter pudor de suscitar - , de um universo de mais de 3.300 (três mil e trezentos) empregados, somente 56 (cinquenta e seis) foram encontrados nessa situação irregular. No meu modo de ver, bastaria que um só fosse encontrado nessa situação para que merecesse a repugnância sociológica e jurídica da Corte.

O Ministério Público, então, opinou pelo recebimento da denúncia. E eu verifico, seguindo a linha também aqui suscitada pela Ministra Rosa Weber, que são alternativas as condutas que conduzem à redução à condição análoga de escravo, ou seja, a redução à condição análoga de escravo admite algumas modalidades, e isso é muito claro na doutrina penal. Assenta-se, em obra coletiva, coordenada pelo Professor Rui Stoco, com a participação enfática da doutrinadora Maria Thereza Rocha de Assis Moura, com quem eu tive o prazer de conviver no Superior Tribunal de Justiça, que:

"Incrimina-se também a prática do delito por meio de sujeição da vítima a condições degradantes de trabalho. Nesta situação, o ofendido desempenha a sua função em circunstâncias humilhantes, aviltantes de sua dignidade."

Isso, no meu modo de ver, seria suficiente para se encaixar como uma luva nos fatos que estão, aqui, descritos na petição inicial. Mas eu estou indo mais além, porque eu sempre procuro analisar, ainda que se

**INQ 3.412 / AL**

trate de inquérito e tenha sido censurada essa opinião de se analisar o inquérito como se já se fosse uma ação penal, mas é importante, aqui há provas. E, aqui, já se verifica que há uma atipicidade fechada, um enquadramento **prima facie** evidente destes fatos, a essa modalidade de cometimento da redução à condição análoga à de escravo.

Por outro lado, a denúncia, evidentemente, mais do que preenche os artigos 41 do Código de Processo Penal, expondo o fato criminoso com todas as suas circunstâncias: a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Eu nunca me contento só com a narrativa em abstrato porque pode ser uma peça formal, fruto da imaginação do órgão acusador.

Quanto à justa causa necessária ao recebimento da peça acusatória, eu friso exatamente aquilo que o Plenário, em regra, frisa: que não se exige prova cabal e absoluta. Mas, aqui, há uma prova cabal e absoluta do cometimento do delito, sendo suficiente a configuração do juízo de probabilidade.

A materialidade, Senhores Ministros, resulta inequívoca das provas acostadas à denúncia de que dão conta que 53 (cinquenta e três) empregados eram mantidos em abrigo sujo, mal ventilado, com acúmulo de lixo e mau cheiro, sem acesso às mais elementares necessidades humanas, como um banheiro sanitário ou uma cama digna.

Consta que se submetiam a jornadas exaustivas, por vezes acima de vinte e quatro horas, e recebiam a remuneração com desconto pela péssima alimentação que lhes era servida, atrasada e por meio de cheques sem provisão de fundos. Os trabalhadores não tinham acesso a transporte para voltar aos seus lares, motivo pelo qual eram mantidos em alojamento durante os períodos de descanso. Daí, a total pertinência desse dado assombroso, desse dado assustador, desse nome desse lugar que se denominava "Cadeião".

Ante essas graves afirmações, é impossível, como magistrado, deixar de indagar se efetivamente isto não é uma modalidade de escravatura que foi conjurada no século passado. Eu confesso a Vossas Excelências que, lendo esse inquérito, causou-me espécie e indignação a defesa, a

**INQ 3.412 / AL**

afirmativa de que eram apenas 53 (cinquenta e três) os trabalhadores submetidos ao regime degradante, o que não configuraria a condição análoga de escravo. Ainda que fosse apenas um empregado vilipendiado, não seria afastada a incidência do tipo penal em apreço, o qual, segundo já decidiu esta Corte, malferir o princípio da dignidade da pessoa humana e da liberdade de trabalho, no RE nº 541.627, da relatoria da Ministra Ellen Gracie, que aqui foi invocado pela Ministra Rosa Weber.

No que se refere à autoria, melhor sorte entendo não assistir aos denunciados. Não procede, no meu modo de ver, o argumento de que os assistidos foram acusados pelo simples fato de figurarem como representantes legais da empresa, o que configuraria uma inépcia da denúncia.

Com a devida vênia dos entendimentos em contrário, o Supremo Tribunal Federal diferencia a denúncia genérica - só porque é representante da pessoa jurídica - da denúncia geral. Enquanto a primeira não prevê qualquer tipo de conduta sequer possivelmente imputável aos acusados, a última descreve as práticas delituosas perpetradas no âmbito da estrutura organizada pelos representantes da empresa, sendo certo que, em crimes societários, os verdadeiros criminosos se escondem por detrás do véu da personalidade jurídica em busca da impunidade.

Eu colho, nesse sentido, os seguintes arestos: **Habeas Corpus** nº 94.670 da relatoria da Ministra Cármen Lúcia, na Primeira Turma, julgado em 21/10/2008, é:

"(...) suficiente para a aptidão da denúncia por crimes societários a indicação de que os denunciados seriam responsáveis, de algum modo, na condução da sociedade, e que esse fato não fosse, de plano, infirmado pelo ato constitutivo da pessoa jurídica".

Inclusive são esses esconderijos, por detrás do véu da pessoa jurídica, que conduziram à normatização do princípio da desconsideração da personalidade jurídica, hoje encontrado isso no Código Civil, no Código de Defesa do Consumidor, nos códigos que tratam de interesses difuso e coletivo e, agora, se for aprovado, no Código de Processo Civil, o incidente de desconsideração da personalidade

**INQ 3.412 / AL**

jurídica.

Também aqui, do nosso Tribunal, eu colho um arresto em que não se exige prescrição pormenorizada de condutas em crimes societários, quando presentes na inicial elementos indicativos de materialidade e autoria do crime suficientes para deflagração da ação penal.

No **Habeas Corpus** nº 98.840, da relatoria do Ministro Joaquim Barbosa: entender, no meu modo de ver, com a devida vênia, de modo contrário é decretar, absolutamente decretar, a mais absoluta impunidade de pessoas insensíveis por crimes, obviamente, que não são praticados de mão própria, mas através de uma complexa rede destinada a obnubilar os verdadeiros mandantes do delito.

Esses tipos penais são tipos da modernidade; são tipos que visam a coibir essas condições em que o pobre trabalhador brasileiro se vê instado a exercer as suas funções no afã de sustentar minimamente a sua família. De sorte que, quando se tipifica uma conduta como redução à condição análoga a de escravo, evidentemente que é um tipo penal do nosso tempo. Por isso que a doutrina e, agora, a jurisprudência vêm destacando que, nessa situação, se encontram aqueles que exercem as suas funções em circunstâncias humilhantes e aviltantes da sua dignidade.

Eu não tenho a menor dúvida, Senhor Presidente, que as condições narradas na denúncia, indo mais além do artigo 41, as provas produzidas com relação às condições de trabalho do denominado "Cadeião", eles realmente se encartam na tipicidade do artigo 41, permitindo-se, evidentemente, no curso da instrução penal, que a contraprova seja realizada.

Mas, por ora, com verticalidade no exame de tudo quanto está comprovado nos autos, eu voto acompanhando a eminente Ministra Rosa Weber.

29/03/2012

PLENÁRIO

**INQUÉRITO 3.412 ALAGOAS**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Senhor Presidente, eu estava aqui pensando que estou com a mente um tanto quanto velha, porque eu sou daqueles que tem um pensamento restritivo em matéria penal.

Já tive a oportunidade aqui de fazer críticas ao uso generalizado do princípio da dignidade da pessoa humana. O eminente Ministro **Fux** sabe da minha divergência quanto a concepções teóricas de Sua Excelência, manifestadas por mim em votos anteriores. Então, desde já, peço vênias a Sua Excelência, porque eu penso que dar densidade de tipo penal a texto constitucional é um passo muito ousado.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Eu não dei densidade, eu entendi que é preciso perpassar pelo tecido normativo da Constituição.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Pois bem, tenho para mim que utilizar o princípio da dignidade da pessoa humana para receber uma denúncia em matéria penal é um passo exagerado.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Bom, então, Vossa Excelência não ouviu o meu voto, eu não falei do princípio da dignidade, eu comecei falando no princípio da dignidade da pessoa humana, Vossa Excelência pegue as notas taquigráficas, que têm mais conteúdo do que isso.

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO** - Ele não ficou na afirmação, porque o caso é de respeito à dignidade da pessoa humana pela sua vertente penal, da proteção penal.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Também.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

É que eu tenho essa crítica, já a fiz em voto, e estou só externando e pedindo as vênias de estilo.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Mas é que eu não aceito o vezo de ter utilizado de forma promíscua a dignidade da pessoa humana,

**INQ 3.412 / AL**

acho que apliquei com a dignidade que o caso merece.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

No entendimento de Vossa Excelência. Eu tenho o meu entendimento.

O meu entendimento é que em matéria penal temos que ser restritivos. Onde está o tipo do art. 149? Vamos à tipologia e à topologia do dispositivo. O art. 149 do Código Penal está na Seção I do Capítulo VI do Título I da Parte Especial.

O que é a Parte Especial? Trata ela dos tipos penais propriamente ditos. O que é o Título I? Crimes contra a Pessoa. Capítulo VI: Dos Crimes contra a Liberdade Individual.

A propedêutica diz o seguinte: qual é o bem jurídico aqui que está protegido pelo legislador da matéria penal? A liberdade individual.

Seção I desse dispositivo: Crimes contra a Liberdade Pessoal. É aqui que está o tipo do art. 149.

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) – E,** nesse título, não é liberdade de ir e vir, não.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

É liberdade pessoal.

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) – Mas,** não de ir e vir.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Mas é liberdade pessoal.

Senhor Presidente, os crimes contra a organização do trabalho estão no Título IV, que tem exatamente o título: Dos Crimes contra a Organização do Trabalho.

Senhor Presidente, a denúncia não descreve e não traz quais são os atos de cerceio à liberdade pessoal dos trabalhadores, por exemplo, na questão do transporte, como já destacou em seu voto o eminente Relator, Ministro **Marco Aurélio**, a quem estou a acompanhar agora, com a devida vênua da Ministra **Rosa Weber** e do Ministro **Luiz Fux**. Quando a Procuradoria-Geral da República fala na questão do transporte, diz que os ônibus eram muito velhos, que não tinham condições físicas

**INQ 3.412 / AL**

adequadas ao transporte. Havia paus, madeiras ali. Não era um ônibus adequado, era um ônibus inadequado. Isso não é cerceio ao transporte, à locomoção. Também no extenso e minucioso voto do eminente Relator e nos votos divergentes, eu não vi onde está configurada, nos fatos trazidos, a restrição à liberdade por meio de alguma dívida.

E eu disse, por oportunidade do meu voto no Inq nº 2.131, de relatoria da Ministra **Ellen Gracie**, – acabei acompanhando o voto-vista trazido pelo Ministro **Gilmar Mendes**, vencidos ficamos junto com o Ministro **Marco Aurélio**, já fez Sua Excelência referência àquele Inquérito nº 2.131 -, que o tipo do art. 149 está dentro do Título I. Volto a repetir: Crimes contra a Pessoa. Dos Crimes contra a Liberdade Individual, Crimes contra a Liberdade Pessoal. Quando se fala em reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalho forçado ou à jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por quaisquer meios, sua locomoção, em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, nós temos que ter presente para a incidência do tipo o conteúdo inicial do dispositivo, que é a premissa dele todo: **reduzir alguém a condição análoga à de escravo**.

E, nos fatos descritos na denúncia e debatidos neste caso, eu não encontro outra coisa a não ser desrespeito às normas trabalhistas. E isso pode até ser crime, mas tem que ser encontrado lá no Título IV.

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE)** - Só um dado para Vossa Excelência tomar conhecimento, porque acho que Vossa Excelência não se encontrava ainda na Corte.

O Plenário reconheceu, contra o meu voto original, que a matéria é competência da Justiça Federal, porque concerne a relações de trabalho. Negou minha tese primitiva de que devia ser da competência da Justiça Estadual. Aliás, num segundo caso, quando tornei a votar nesse sentido, propondo que o Plenário revisse o precedente – o processo está com vista ao Ministro Joaquim Barbosa -, a Corte reconheceu, outra vez, que se trata de atentado às relações de trabalho.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

**INQ 3.412 / AL**

Eu proferi voto no sentido de ir para a Justiça Federal em razão das questões interestaduais. O fundamento do meu voto não é incoerente com a posição que tomo aqui, neste momento, porque há, no crime de reduzir alguém a condição análoga à de escravo, a necessidade, muitas vezes, de se cooptar pessoas em determinado local da Federação e levá-las alhures, em locais muito distantes, em outros Estados. E daí o fundamento do meu voto, Senhor Presidente, ter sido no sentido de que esse crime era um crime federal, que devia ser investigado pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, porque é comum, nesses casos, a captação da mão de obra em um Estado da Federação e a sua utilização em outro, algo que é totalmente diferente do caso concreto.

Pois bem, Senhor Presidente, já foi muito debatido, muito discutido. O que eu gostaria de fazer aqui é, mais uma vez, poder enunciar a necessidade de nós irmos à velha e boa Teoria Geral do Direito. Às vezes me assusta esse neoconstitucionalismo fácil, ainda mais trazendo-o para a matéria penal. Vamos olhar o capítulo onde está inserido o título, a seção; vamos analisar o bem jurídico protegido em matéria de Direito Penal.

Não vejo aqui, Senhor Presidente, atentado à liberdade pessoal desses trabalhadores, no sentido de terem eles sido reduzidos à condição análoga a de escravos e, por isso, não entendo presente a tipicidade do art. 149.

Por isso, Senhor Presidente, com a vênia devida, eu acompanho o eminente Relator.



29/03/2012

PLENÁRIO

INQUÉRITO 3.412 ALAGOAS

**VOTO**

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, eu peço vênias ao eminente Ministro Relator e agora também ao Ministro Fux. Eu acho que, como bem anunciou em sua sustentação oral o Procurador-Geral, se esta denúncia não desfia, com pormenores até, tudo o que pode ser considerado enquadrado ou subsumido ao tipo do artigo 149, realmente nem sei como poderia ser, porque aqui há um minudenciamento que eu considero perfeitamente enquadrado.

Acho que a denúncia – como foi dito, aliás, ainda hoje em outro julgamento – é apenas o ponto de partida para a verificação, para a comprovação, com todo o direito assegurado aos acusados. E, portanto, neste caso, tal como anunciado anteriormente também pela Ministra Rosa Weber, iniciando a divergência, eu considero a denúncia perfeitamente cumpridora das exigências legais e recebo a denúncia, Senhor Presidente, com as vênias do Relator e também do Ministro Dias Toffoli.

\* \* \* \* \*

29/03/2012

PLENÁRIO

INQUÉRITO 3.412 ALAGOAS

VOTO

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI** - Senhor Presidente, eu vou pedir vênia ao Relator e ao eminente Ministro Dias Toffoli porque vejo, aqui, que o artigo 149 se subdivide em vários comportamentos, em tese, ilícitos. Um deles é exatamente o seguinte: submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção, etc.

Então, nós estamos diante, a meu ver, sem prejuízo de outros comportamentos ilícitos que possam, eventualmente, ficar melhor evidenciados no curso da instrução criminal, pelo menos esse segundo núcleo do tipo do artigo 149, que é exatamente submeter alguém a trabalhos forçados ou exaustivos. Isso consta da denúncia subscrita pelo Procurador Regional da República, originalmente, que é exatamente isto: com base em depoimentos que colheu, dizendo das péssimas condições de higiene, alimentação, transporte, alojamento, e de trabalho exaustivo a que estavam obrigados os trabalhadores rurais.

Aí diz ainda a denúncia:

*"Cumprе salientar que a comida de má qualidade era descontada do salário dos empregados, que eles não recebiam água durante a extensa jornada e que eram impedidos de concluir a mesma" - a mesma jornada - "quando não havia substituto, sob pena de perder emprego. Desta forma, eram compelidos a laborar de modo extenuante, sofrendo ameaças e sem receber qualquer adicional trabalhista".*

**INQ 3.412 / AL**

Então, me parece que, pelo menos este comportamento, ao qual eu me referi, que está incluído no tipo do artigo 149, está muito bem evidenciado na denúncia e, como eu disse, sem prejuízo do exame dos demais comportamentos eventualmente ilícitos.

Por essas razões, pedindo vênia ao Ministro Relator e ao Ministro Dias Toffoli, eu recebo a denúncia.

29/03/2012

PLENÁRIO

INQUÉRITO 3.412 ALAGOAS

VOTO

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Senhor Presidente, também recebo a denúncia, com as devidas vênias do Ministro Relator, Marco Aurélio, e do Ministro Dias Toffoli.

Eu também entendo que a denúncia aqui cumpre bem as exigências do artigo 41 do Código Penal, sem incorrer em impropriedades do artigo 395, e contém os elementos necessários à compreensão das imputações, e, por consequência, ao exercício da ampla defesa por parte dos denunciados.

Da relação de fatos e de condutas aportada pela denúncia, muitos desses fatos e comportamentos me parecem, **prima facie**, nesse exame preliminar, prefacial, concretizar pelo menos dois elementos do tipo penal, ou dois núcleos penais constantes do artigo 149, por exemplo, jornada exaustiva e condições degradantes de trabalho. E faço a leitura.

O alojamento era muito sujo, com grande mau cheiro - condições degradantes. Havia pouca ventilação, pois no alojamento não havia janelas, apenas buracos nas paredes - condições degradantes. Havia lixo acumulado no alojamento. A água que bebiam estava impura - a mesma coisa: condições degradantes. Não havia banheiros; no lugar das instalações sanitárias, ofereciam-se aos trabalhadores arremedos compostos de choças improvisadas mediante o uso de lonas plásticas. Aos olhos de todos, se apresentou um amontoado de lona ao lado de uma cadeira higiênica daquelas utilizadas por doentes em hospitais sobre o chão natural sem vaso e sem nenhuma espécie de fossa.

Condições precárias para alimentação. Ao tomar as refeições, o faziam sentados sobre torrões ou simplesmente sobre o chão, deixando aos trabalhadores as possibilidades de se alimentarem dentro de ônibus com temperaturas muito altas ou ao relento, sob o sol. Não eram disponibilizados recipientes para manter as refeições aquecidas.

**INQ 3.412 / AL**

Que ganhavam tão pouco por unidade produzida que se viam obrigados a trabalharem como escravos, à exaustão, para conseguirem um pouco mais de dinheiro - excessividade na jornada de trabalho, portanto.

Eram transportados em ônibus muito velhos e mal conservados, não tinham cinto de segurança, não tinham licença para o transporte de trabalhadores.

Aí vem a letra "L":

Jornada exaustiva de trabalho. Constatamos que cerca de cinquenta trabalhadores que estavam alojados nas dependências da empresa, laborando na lavoura de cana, trabalhavam até seis horas extraordinárias por dia.

Eu entendo que o objetivo do Código Penal, aqui no artigo 149, não foi proteger, por incrível que pareça, o indivíduo trabalhador. O indivíduo trabalhador está protegido no artigo 203, que exhibe a seguinte redação:

**"Art. 203 - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho:**

Ou seja, deixar, mediante fraude ou violência, de cumprir a legislação do trabalho já é elemento conceitual e, portanto, tipo penal do artigo 203.

Aqui, não. Aqui não é o indivíduo trabalhador propriamente que está sendo protegido. É o indivíduo gente, é o indivíduo ser humano. Por isso que o Ministro Luiz Fux falou em dignidade da pessoa humana, sim. É um indivíduo de carne e osso, vísceras, sangue, cartilagem, alma. É o indivíduo, sim, como pessoa humana que está sendo protegido pelo artigo 149. Ou seja, o objetivo do tipo penal foi o de transbordar o campo propriamente trabalhista para alcançar o indivíduo, o indivíduo enquanto gente, ser humano.

Por isso que se diz, o artigo 149 não fala de escravidão. Não é necessário, para que se reduza alguém à condição de escravo, o uso de grilhões, ou de escolta, ou de guardas armados. Já é escravidão mesmo escancarada, pura e simples. Mas não foi isso que disse o artigo 149. Foi:

**INQ 3.412 / AL**

"Art. 149 - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados" - e aqui pouco importa que trabalho remunerado ou não, dentro de uma relação de emprego ou não, por empreitada ou não; não é isso - "ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:"

Por isso que o Ministro Luiz Fux falou do modo como a Constituição Federal protege tanto o indivíduo quanto o trabalhador. E o Código Penal concretiza a Constituição; mantém com a Constituição um elo causal mesmo, ou um vínculo de funcionalidade para tirar a Constituição do papel e fazer com que ela se incorpore ao cotidiano, tanto dos indivíduos quanto dos trabalhadores na sua malha protetiva.

Por isso, Senhor Presidente, eu entendo que o caso aqui se ajusta perfeitamente nessa fase, ainda de simples recebimento da denúncia, em que analisamos se há materialidade do fato tipo e se há indícios robustos suficientes de autoria. Eu entendo que a peça acusatória do Ministério Público merece, de nossa parte, recebimento, tal como justificado a partir do voto da Ministra Rosa Weber. É como voto.

###

**29/03/2012****PLENÁRIO****INQUÉRITO 3.412 ALAGOAS****VOTO**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES** - Senhor Presidente, vou pedir vênia à Ministra Rosa Weber e a todos que a acompanharam para, tal como já fiz em outra assentada, acompanhar o voto do Relator.

Presidente, de fato, e tal como já agora anunciado pelo eminente Relator e pelo Ministro Dias Toffoli, estou convencido de que o elemento de proteção aqui é a liberdade individual. É isso que está em jogo. E acho até, pelo conhecimento que tenho da área rural, vejo as portarias do Ministério do Trabalho, que estão servindo de subsídios para a interpretação da legislação penal, e confesso que fico até um pouco assustado. Eu já havia lido, no julgamento do Inquérito nº 2.131, e tinha feito referências à metragem de beliche, a chão com tal ou qual dimensão. E trouxe até um livro de um autor americano que falava sobre a morte do senso comum nos Estados Unidos, dizendo da maratona a que submeteu Madre Teresa de Calcutá quando, após receber o Nobel, tentou comprar uma casa para abrigar pessoas que estavam abandonadas nas ruas de Nova Iorque. E ela teve grande dificuldade, porque verificou que, para atender aos requisitos de novos abrigos, o prédio tinha que ter elevador. Então, as pessoas – diz esse autor –, elas podem morar na rua, mas se se trata de abrigar-se, num abrigo com essa destinação, o prédio tem que ter determinado perfil.

Eu me lembro de que – uma conhecida de todos nós – a Presidente, hoje, do Rotary, Doutora Luísa, fisioterapeuta, se viu às voltas também com uma situação desta. E isso ocorre nessas situações aqui, quando se fala de alimento, de geladeira, de fogão ou coisa do tipo em locais distantes, a rigor, nós estamos a falar de coisas que, de fato, não existem em determinados locais, dependendo do tipo de trabalho.

A Doutora Luísa, ela contava – e eu cheguei a acompanhar isso – que estava numa missão do Rotary Club, tentando ajudar a Casa da Mãe

**INQ 3.412 / AL**

Preta – todos que vivem em Brasília conhecem a Casa da Mãe Preta, tem uma história de mais de quarenta anos para abrigar crianças. Quer dizer, a maior dificuldade para abrigar essas crianças nessa Casa, porque se faz uma série de exigências para ter apoio do Poder Público. O chão tem que ter um determinado tipo de piso; a cozinha tem que ter mármore ou coisas assemelhadas. Isso é exigência do Poder Público. Agora, as crianças podem viver na rua.

Então, me parece que ocorre exatamente isso aqui. Quando a gente lê esse rol de 46 – isso foi destacado pelo eminente Relator – infrações e vê algumas coisas que são colocadas, se vê que, de fato, o idealismo se tornou realidade. Talvez, a gente deva até subscrever essa tese, mas não para Direito Penal. Eu fico a perguntar: E os nossos empregados domésticos? Será que eles preenchem esses requisitos? Será que os beliches estão com essa dimensão ou aquela? Ou eu fico imaginar, daqui a pouco, se vamos aplicar esse critério aí, olhando a garagem do Supremo Tribunal Federal ou do TSE, Ministra Cármen. Não vamos nem à Espinosa, nem vamos a Diamantino, se, de fato, estamos preenchendo esses requisitos, esses requisitos que estão aqui para a área rural. Para que a gente não seja farisaico.

Então, isso é um dado interessante. A distância do beliche, quando as pessoas, às vezes, estão desbravando áreas, uma área que sustenta o Brasil. Se o Brasil hoje tem esse perfil, se o Brasil hoje tem essa folga, é graça ao *agribusiness*, é graça a esse agronegócio, é graça à ousadia dessa gente que vai para longe.

**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

A indústria responde por 14% do PIB, o agronegócio, por 35% do PIB.

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES** - É preciso ver isso. Então, essa gente que vai lá para longe, que arrisca. Aí, tem que ter ônibus, tem que ter geladeira em determinado lugar, quando se sabe que isso não se tem mesmo. Quem anda 400 km no mato sabe que é difícil levar esse tipo de coisa. Então, me parece, que há uma certa idealização; e o pior, é idealização para efeitos penais. Isso é grave.



**INQ 3.412 / AL**

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO** - Ministro Gilmar, se me permite? Com todo o respeito, mas aqui nós estamos diante de um empreendimento econômico. É a propriedade bem de produção. E a contrapartida da propriedade bem de produção é a função social.

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES** - No outro caso, Ministro Britto, eu chamava a atenção, o Doutor Gurgel há de se lembrar, porque tinha um menor de dezesseis anos. E aí se dizia assim: "Poxa, empregou um menor e não reparou no seu futuro". E eu fiquei me perguntando: Está bom, o menor, agora, foi libertado. E para onde ele foi? Ou foi para a rua ou foi para um outro emprego. Será que ele foi para algum educandário? Será que essas equipes de libertações cuidaram para fazer isto? Não é esse o objetivo. Não cuidam. Nós sabemos disso. Veja o equívoco em que nós estamos incorrendo quando chancelamos isso no plano penal.

Na outra discussão, eu chamava a atenção para um fato ocorrido neste mesmo Estado, que é um Estado que enfrenta graves dificuldades no País. É o Estado, talvez, o mais pobre do País. E nesse Estado – contava-me a Presidente do Tribunal de Alagoas, da época, Presidente Elizabete –, um dia, ela chegando, dizia: "Hoje foi destruído um fórum aqui na vizinhança de Maceió". E por que ocorreu essa destruição do fórum? Dizia ela: "Porque um sujeito chegou oferecendo emprego no Mato Grosso ou Goiás ou Tocantins, e essas pessoas venderam tudo que tinham para pagar cem ou cento e cinquenta reais". Eu não estou falando, Ministro, da Suécia; estou falando de Alagoas, vizinho do seu Estado de Sergipe. Cem, cento e cinquenta reais que entregavam a essa pessoa para que os transportasse para esse eldorado, que é o Centro-Oeste na visão deles. E o que aconteceu? Esse sujeito desapareceu com o recurso dessa pobre gente. Depois ele foi surpreendido, preso em algum lugar, e o juiz decidiu pela sua libertação. Reação dessas pessoas: destruição do fórum. É essa a realidade. Então, a mim, parece-me que há um enfoque absolutamente equivocado quando tratamos do problema da irregularidade trabalhista no plano penal. Esse me parece o ponto central. A mim, parece-me que há que se fazer um grande esforço, um grande

**INQ 3.412 / AL**

esforço no sentido civilizatório, de melhoria das condições de trabalho. Se fôssemos fazer essa verificação, os canteiros de obras aqui de Brasília muito provavelmente não passariam nesse teste. Aqui estamos submetendo à área rural. Porque certamente não teriam beliche com essa metragem – dois metros, um metro e meio ou coisa do tipo. Ou talvez a marmitta não estivesse quente porque não tinha um fogareiro elétrico para acender, como se diz aqui. Ou talvez a ventilação não estivesse na metragem da janela. Veja que estamos fazendo a interpretação do Direito Penal a partir de portarias do Ministério do Trabalho.

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO** - Mas, Ministro, aqui não havia nem janelas.

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES** - Estou discutindo exatamente esse tipo de questão. E não me interessa apenas o caso, mas como estamos conduzindo. Porque, a valer isso, vale também para a construção civil.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Mas eu acho que tem que valer mesmo.

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES** - Sim, tem que valer.

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO** - É. Tem que valer. Atividade econômica.

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES** - A rigor.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Eu não tenho receio de tratar uma empregada doméstica. Acho que temos que tratar de acordo com as normas regulamentares. Qual é a diferença?

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO** - Sem dúvida.

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES** - O que estou dizendo é que esse tratamento não existe. Essa é a verdade, e nós sabemos. Agora, o pior, do ponto de vista jurídico, é fazer a interpretação da norma penal a partir de portaria do Ministério do Trabalho. Isso é grave. E tentar daí criminalizar condutas quando outras deveriam ser as iniciativas, no sentido inclusive de coibir, no sentido de punir, no sentido de buscar soluções especialmente nos setores econômicos mais dinâmicos.

Vamos encontrar situações – e há dados aí publicados – em que o

**INQ 3.412 / AL**

proprietário rural é quase tão pobre quanto o empregado rural. Isso acontece em algumas áreas do País, e sabemos bem disso. E, aí, vai se dizer: "Ah, é trabalho escravo?" De ambos, se formos olhar a renda. Então, é preciso fazer realmente esse tipo de avaliação.

Acho importante o debate, porque certamente ele já vai contribuir para iluminar esses iluminados que são (ininteligível) de trabalho, que cumprem uma função importante no sentido de coibir também o trabalho irregular, de coibir os abusos. Agora, esse trabalho tem que ser muito mais didático e pedagógico e menos calcado em enfoque criminal. Essa é a questão. Agora, quando nós, a partir do tamanho do beliche ou da distância do beliche, chegamos à conclusão de que há base para a criminalização, parece-me preocupante.

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX** - Ministro Gilmar, Vossa Excelência me permite? Entendo que foi o meio de persuasão que o legislador encontrou, porque não houve um cumprimento espontâneo, uma realização espontânea do Direito. Criminalizaram a conduta. Isso é política legislativa. A culpa não é nossa. Agora, já que está tipificado, vamos averiguar se os fatos correspondem à norma legal. E, no caso presente, verificamos.

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES** - Outro ponto importante que é relevante na área rural: o trabalho rural é marcado por inúmeras peculiaridades, por exemplo, há possibilidade – nós vimos no outro caso – de se ter alguma liberdade. Se chove em determinado local, o trabalho se interrompe. E, depois, se sabe, por exemplo – isso já foi dito no voto da Ministra Rosa Weber –, a questão da sazonalidade. São trabalhos que são desenvolvidos num dado momento. E, por isso, então, se aproveita o tipo de hora. Talvez haja aqui – eu conversava há algum tempo com o Ministro Dalazen – até déficit no que diz respeito ao modelo de ordenação, de disciplina. Talvez devesse ter uma disciplina específica para essas relações que são, às vezes, relações de um mês. Num outro caso, nós tínhamos pessoas que haviam sido contratadas há menos de um mês. Aqui, também, salvo engano, o Relator chamou a atenção para esse fato.

**INQ 3.412 / AL**

A mim me parece que realmente esse ponto precisa ser tematizado. A partir de um referencial da legislação ou interpretar esse referencial a partir de portarias do Ministério do Trabalho, sem qualquer conotação negativa, é, a meu ver, absurdo. Não é razoável para a esfera penal, para a esfera da criminalização. Impõe que nós definamos claramente esse elemento essencial do tipo que é a liberdade individual. Então, me parece que, a rigor, nós devemos refletir sobre essas questões, sob pena de, ou darmos um tratamento absolutamente desigual na relação entre o campo e a cidade, ou estabelecermos um tipo de critério que divorcia por completo da realidade. Esse é um ponto importante.

No caso específico, também me impressionou o argumento relativo à responsabilidade de diretores – houve até substituição de diretor, houve equívoco em relação à indicação de um – sem que minimamente se descreva a sua participação. Só por esse fundamento, eu já rejeitaria a denúncia.

Mas, a mim me parece, que o ponto temático, o ponto relevante, realmente, para este caso e para outros que virão é este: é estarmos a interpretar a legislação penal a partir de resoluções ou de portarias do Ministério do Trabalho. E citarmos até como referência essas – "a beliche tinha tal ou qual tamanho", "as janelas tinham tal ou qual largura", "a cama era assim ou assado" –, a mim me parece que esse é um risco enorme, especialmente quando se trata de Direito Penal.

Adotemos nós a teoria que quisermos, em matéria constitucional, o que nós não podemos violar é o princípio da legalidade estrita. Isso é o que não podemos violar. Nenhum constitucionalismo responsável vai permitir que nós violemos esse princípio, que é o princípio que permitiu que nós chegássemos até aqui como pessoas civilizadas. Porque quem inventou nessa matéria fez barbárie: são os soviéticos, são os nazistas. Quem inventou nessa matéria de legalidade penal estrita, quem quis fazer revisão, fez barbárie. É preciso então ter imenso cuidado em relação a isso.

Portanto, seja pelo fundamento da responsabilidade, que me parece penal aqui, tipicamente objetivo, não se logrou definir a responsabilidade

**INQ 3.412 / AL**

desses diretores por essas contratações, seja porque, de fato, a restrição à liberdade individual não resta comprovada, Presidente, eu acompanho, com todas as vênias, o voto do eminente Relator.

Rejeito a denúncia.

29/03/2012

PLENÁRIO

**INQUÉRITO 3.412 ALAGOAS**

**V O T O**

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE)** - Só para complementar, Ministro: o primeiro jurista a usar a palavra “plágio” para designar a apropriação de obra intelectual alheia foi Marcial.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO** - E, aí, Excelência, se permite, o endereçado normativo não é o trabalhador aqui. O trabalhador tem outro, tem o Capítulo dos Crimes Contra a Organização do Trabalho.

Pode até ser, mas não exclusivamente o trabalhador.

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE)** - Todas as referências, em todos os tipos, são a trabalhador. É textual. Todas as referências dos tipos do art. 149 são a trabalhador.

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO** - Olha: Não se reduz à condição análoga a de escravo só o trabalhador, também se reduz o indivíduo. E o Código Penal quis proteger as duas categorias.

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE)** - Isso na primitiva a redação, Ministro. Agora, a Lei de 2003 especificou os tipos, voltando suas disposições exclusivamente para as condições de trabalho.

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES** - Vossa Excelência me permite, Ministro Celso? O relatório da OIT, que li no voto anterior, a propósito do assunto, tocava exatamente nessa discussão e dizia, a propósito do chamado trabalho escravo no Brasil:

"(...) o trabalho forçado não pode simplesmente ser equiparado a baixos salários ou a más condições de trabalho, mas inclui também uma situação de cerceamento da liberdade dos trabalhadores. Portanto, toda a forma de trabalho forçado é

**INQ 3.412 / AL**

trabalho degradante, mas a recíproca nem sempre é verdadeira. O que diferencia um conceito do outro é a questão da restrição da liberdade.

No caso brasileiro" - dizem eles - "a restrição da liberdade dos trabalhadores decorre dos seguintes fatores: apreensão de documentos, presença de guardas armados com comportamentos ameaçadores, isolamento geográfico que impede a fuga e dívidas ilegalmente impostas." - A ideia do galpão, do armazém e tudo o mais. - "Por esses motivos, os trabalhadores ficam impossibilitados de ir e vir , de sair de um emprego e ir para outro".

Na verdade, a própria Comissária da Organização das Nações Unidas, relatora especial para as formas contemporâneas de escravidão, a senhora Gulnara Shahinian, dizia que, no nosso caso, a falta de uma definição precisa dificultava, realmente, o chamado "combate efetivo ao trabalho escravo", porque isso vinha num contexto de cambulhada, misturando irregularidades trabalhistas com a questão do trabalho escravo.

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - E aí é o indivíduo.**

**O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: CANCELADO.**

29/03/2012

PLENÁRIO

## INQUÉRITO 3.412 ALAGOAS

## VOTO

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE)** - Vou pedir vênia a Vossa Excelência e, até, licença, para fazer algumas considerações que, suponho, ajudam a esclarecer, pelo menos, algumas dúvidas que ocorreram durante todo esse debate; já me haviam ocorrido no debate anterior, em caso análogo.

Eu já havia pensado em partir da história do delito de plágio. O delito de plágio foi, como o Ministro Celso de Mello recordou, instituído por uma lei do século II a/C, a **Lex Fabia de plagiaris**, que definia esse crime em dois grandes conjuntos de ações: um, de escravizar, sequestrar, ocultar homem livre, e o outro, de apropriar-se de escravo alheio, vender escravo alheio, etc.. E era crime que tinha como objeto material da tutela jurídica a liberdade, e por uma circunstância fundamental à luz das condições sócio-históricas do Império Romano de então, enquanto sociedade dividida entre pessoas **sui iuris** e pessoas **alieni iuris**, isto é, pessoas estas que tinham liberdade, sendo para nós pessoas, mas que ali eram tratadas, inclusive as mulheres, como **res**, como **rei**, como coisas. Então, a escravização, por exemplo, de homem livre era atentado grave a uma condição fundamental, vamos dizer, da própria cidadania romana, porque significava subtrair a liberdade de pessoa **sui iuris**, de um **cives**. A partir desse dado, sobretudo pelo relevo que se atribuía ao fato de constituir “plágio” a apropriação de escravo alheio, é que Marcial empregou, pela primeira vez – e, depois, o uso passou para toda a legislação e é hoje coisa corrente na dogmática e no direito positivo -, a palavra para nomear a ação de apropriar-se, como sua, de obra intelectual alheia.

Mas essa concepção do crime de redução à condição de escravo foi assumida pelas legislações todas, sob título próprio de defesa da liberdade pessoal, porque era sua origem histórica. E assim entrou na nossa legislação, incluída sob esse mesmo título, na redação original. Ela



**INQ 3.412 / AL**

expressava, e não apenas porque estava no título, mas por força da origem histórica do delito, ou da criminalização do fato, a mesma preocupação com a liberdade.

A Lei nº 10.803/2003 introduz, porém, profunda modificação na tipificação do delito. Ela restringiu o campo conceitual do delito; este já não apanha qualquer homem, senão apenas o trabalhador, e, portanto, à sua vista, desloca-se o objeto da tutela penal, do campo da liberdade como tal, para um outro campo. Que campo? O campo das relações de trabalho, pela vulnerabilidade imanente à condição do trabalhador.

Todos os tipos penais introduzidos pela Lei nº 10.803/2003 têm, como sujeito passivo do crime, o trabalhador. É textual em todos os tipos penais. Então, não há dúvida nenhuma, a lei restringiu a objetividade jurídica do crime. E, ao restringir o campo para a tutela específica do trabalhador, ficou só formalmente, pelo número do art. 149, sob o título da defesa da liberdade, mas o objeto da tutela material já não é a liberdade, é a dignidade da pessoa na posição de trabalhador. É a dignidade da pessoa na posição de trabalhador. Já não se trata de delito contra a liberdade pessoal, trata-se de delito contra a dignidade da pessoa, considerada na condição social de trabalhador. Daí por que o **nomem juris** tradicional, mantido na introdução da descrição dos tipos - diz "reduzir à condição" -, é mera reminiscência da sua origem histórica, não mais elemento definidor da objetividade do tipo penal, porque o que este enuncia agora é o seguinte: constitui crime, que tem esse nome tradicional, submeter um trabalhador, por exemplo, a condições degradantes de trabalho.

Não se pode mais de pensar no crime como se estivéssemos ainda no tempo do Direito Romano, onde era decerto possível reduzir pessoas à condição efetiva de escravo. Hoje pode até acontecer situação como essa, mas será fato extraordinário; no Direito Romano era coisa natural. Por isso, pelo caráter subsidiário do Direito Penal, pela subsidiariedade e a fragmentariedade do Direito Penal, é que se justificava tivesse sido concebido no Direito Romano, como proteção da liberdade pessoal. Hoje, o atentado à liberdade, provavelmente, corresponderá a outro tipo penal,

**INQ 3.412 / AL**

ou a outros tipos penais. O tipo penal, ainda designado sob o nome de redução à condição análoga à de escravo, é crime que tem, objetivamente, como valor jurídico a ser protegido, a dignidade da pessoa vista na condição particular de trabalhador. Daí por que se tipifica por qualquer uma das figuras enumeradas no artigo 149 do Código Penal, não apenas as do **caput**, senão também nas dos parágrafos.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - O raciocínio de Vossa Excelência realmente é muito bom.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - E basta, portanto, que esteja caracterizado o fato de um trabalhador ser submetido a condições aviltantes, humilhantes ou degradantes, para que se configure teoricamente o crime.

E agora vou abrir parêntese: fui juiz numa cidade do Estado de São Paulo, Igarapava, que é fundamentalmente, do ponto de vista econômico, cidade que vive ou vivia em função da plantação de cana. Uma cidade onde não restavam mais pomares; o último pomar foi derrubado para plantar cana. Viviam, e talvez viva ainda hoje, em função de uma grande usina que está lá, famosa usina. Presenciei com os meus olhos, como magistrado, as condições a que eram submetidos os trabalhadores da cana. Era coisa de indignidade revoltante. Os trabalhadores, chamados “boias frias”, não tinham roupas, eram sujeitos a sol escaldante, levantavam-se às 4 horas da manhã. E digo isso, porque tive empregada que era casada com um “boia fria”, de modo que acompanhei a vida dele. Eram transportados em caminhões abertos, sem condições de segurança pessoal, de higiene então nem se fala; voltavam machucados, porque não tinham luvas. Eram reduzidos a uma condição quase desumana.

Como é que a ordem jurídica não pode considerar tudo isso, levando em conta os princípios da subsidiariedade, da fragmentariedade, a uma situação de reprovabilidade penal? Como lembrou o Ministro Luiz Fux, é esta a única forma que o Estado encontra para prevenir tais abusos.

Então, eu peço vênias.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Eu só vou pedir vênias a Vossa Excelência para reforçar o ponto de vista de Vossa Excelência com

**INQ 3.412 / AL**

uma ponderação. Se formos interpretar o 149 à luz do nome que o próprio Código deu ao Capítulo VI, Dos Crimes contra a Liberdade Individual, de plano, ficaríamos no indivíduo como figura mais importante do que a do próprio trabalhador.

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE)** - Isso correspondeu a um erro, ou a um descuido técnico da proposta da Lei nº 10.803, que devia ter criado outro tipo, noutro capítulo do Código. Mas aproveitou-se do art. 149 para proceder à modificação substancial de seu conteúdo. Só que, com isso, deixou o tipo penal dentro de capítulo a que já não corresponde, pela natureza do bem jurídico que passou a tutelar.

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO** - Os §§ do artigo 149 dão razão a Vossa Excelência, que falam de trabalho. Agora, a própria redação do 149, quando diz "reduzir alguém", aí já nos remete outra vez para o indivíduo.

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE)** - Ele está só enunciando o título histórico do crime. São os verbos subsequentes, são as orações subsequentes, que definem os tipos desse crime, cujo nome permanece como redução à condição análoga à de escravo.

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO** - Seja como for, ou numa interpretação mais ampliada, numa interpretação mais restrita, a dignidade da pessoa humana está presente, está em jogo. Penalmente tutelada.

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE)** - Sem dúvida nenhuma. Isto é, a mim me parece que o fato de estar no título de liberdade individual é apenas resíduo da antiga concepção normativa, com a redação primitiva que o art. 149 tinha. Isto é, o legislador, ao invés de ter definido essa figura à parte, resolveu dar nova e substancial redação ao art. 149, mantendo-o dentro do título em que estava desde a origem.

**O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO** - Do capítulo.

**O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE)** - Eu vou pedir vênia, então, ao eminente Relator e aos votos que o

**INQ 3.412 / AL**

acompanharam, para receber a denúncia, entendendo, também com vênua ao Ministro Celso de Mello, pois acho que, neste caso aqui, ambos os denunciados tinham o domínio dos fatos. Eles não podiam deixar de conhecer as condições em que os trabalhadores eram postos e, portanto, tinham condições de haver tolhido a prática desse delito, tanto que se comprometeram e, depois, acabaram adotando providências adequadas, segundo o acordo a que fez referência o eminente Relator.



**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**INQUÉRITO 3.412**

PROCED. : ALAGOAS

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

REDATORA DO ACÓRDÃO : MIN. ROSA WEBER

AUTOR(A/S) (ES) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

INVEST.(A/S) : JOÃO JOSÉ PEREIRA DE LYRA

ADV.(A/S) : ADRIANO COSTA AVELINO

INVEST.(A/S) : ANTÔNIO JOSÉ PEREIRA DE LYRA

ADV.(A/S) : FÁBIO COSTA FERRARIO DE ALMEIDA

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, recebeu a denúncia, contra os votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Celso de Mello. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Redigirá o acórdão a Senhora Ministra Rosa Weber. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falaram, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador-Geral da República, pelos investigados, J.J.P.L. e A.J.P.L., respectivamente, o Dr. Átila Pinto Machado Júnior e o Dr. Bruno Ribeiro. Plenário, 29.03.2012.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux e Rosa Weber.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/ Luiz Tomimatsu  
Secretário